

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 29-4-2019.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Giovane Byl, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 045/19 (Processo n^o 0086/19), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 060/19 (Processo n^o 0115/19), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução n^o 008/19 (Processo n^o 0116/19), de autoria de Ricardo Gomes. Também, foi apregoado o Ofício n^o 374/19, do Prefeito, comunicando seu afastamento do cargo, para gozo de licença paternidade, do dia vinte e nove de abril ao dia quatro de maio do corrente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a João Ezequiel, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do tema “Terceirização e privatização da saúde”. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Felipe Camozzato, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, André Carús, Roberto Robaina e Ricardo Gomes manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e quatro minutos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Foi apregoado documento firmado por Comandante Nádia, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente informado que, em decorrência, cessava o exercício da vereança por Lourdes Sprenger. Foi apregoado documento firmado por Luciano Marcantônio, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente informado que, em decorrência, cessava o exercício da vereança por Comissário Rafão Oliveira. Foi apregoado documento firmado por Ramiro Rosário, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente informado que, em decorrência, cessava o exercício da vereança por Moisés Barboza. Foi apregoado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e nove de abril ao dia dois de maio do corrente, tendo o Presidente declarado Lourdes Sprenger empossada na vereança, em substituição, pelo

mesmo período, Lourdes Sprenger, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinco minutos às quinze horas e seis minutos. Após, em face de licença de Mônica Leal para assumir o cargo de Prefeita do dia vinte e nove de abril ao dia dois de maio do corrente, o Presidente declarou empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Moisés Barboza, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, por vinte e dois votos SIM, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, por quinze votos SIM e cinco votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Nelcir Tessaro, Paulo Brum e Ramiro Rosário e Não Adeli Sell, Felipe Camozzato, Karen Santos, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado a assinalar o transcurso do trigésimo aniversário do Centro de Integração Empresa-Escola, nos termos do Requerimento nº 005/19 (Processo nº 0053/19), de autoria de João Carlos Nedel. Compuseram a Mesa: Mendes Ribeiro, presidindo os trabalhos; Marivaldo Tumelero, Luiz Carlos Eymael e José Carlos Hruby, respectivamente Presidente, Superintendente Executivo e Presidente do Conselho Deliberativo do Centro de Integração Empresa-Escola; Iara Wortmann, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se João Carlos Nedel, como proponente, Lourdes Sprenger e Felipe Camozzato. A seguir, o Presidente convidou João Carlos Nedel a proceder à entrega, a Marivaldo Tumelero, de diploma alusivo à presente solenidade. Também, o Presidente concedeu a palavra a Marivaldo Tumelero, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e cinco minutos às dezesseis horas e cinco minutos. Foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, por doze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, em votação nominal solicitada por Paulo Brum, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes

Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Na oportunidade, Ricardo Gomes solicitou verificação de quórum, o que foi indeferido pelo Presidente. Em continuidade, foram apregoados seis Requerimentos solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, de autoria de Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Adeli Sell, Márcio Bins Ely e Marcelo Sgarbossa, sendo dois de autoria deste. Foi apregoadado o Memorando nº 001/19, de autoria de Cassiá Carpes, comunicando “abrir mão da condição de Líder do Partido Progressistas nesta Câmara de Vereadores, por motivos pessoais”. Foram apregoadas as seguintes emendas e subemenda ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18): Emenda nº 23, assinada por Mendes Ribeiro e Idenir Cecchim; Emenda nº 24, assinada por João Bosco Vaz e Cláudio Janta; Emenda nº 25, assinada por Ricardo Gomes e Felipe Camozzato; Emenda nº 26, assinada por Valter Nagelstein e Idenir Cecchim; Emenda nº 27, assinada por Valter Nagelstein, Aírto Ferronato e Idenir Cecchim; Emenda nº 28, assinada por Hamilton Sossmeier e Lourdes Sprenger; Emenda nº 29, assinada por Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, Aldacir Oliboni e Adeli Sell; Subemenda nº 01, assinada por Paulo Brum e Cassio Trogildo, à Emenda nº 03. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18: de autoria de Ricardo Gomes, para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27 e 28 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03; de autoria de Marcelo Sgarbossa, para a Emenda nº 29. Após, Mauro Pinheiro formulou Requerimentos verbais, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia e na ordem de apreciação dos requerimentos anteriormente formulados solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e sete minutos às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Em prosseguimento, o Presidente comunicou que o Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro seria apreciado no sentido de que fossem votados conjuntamente os Requerimentos de autoria de Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Adeli Sell e Márcio Bins Ely solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, tendo Felipe Camozzato, Líder da Bancada do NOVO, registrado discordância com essa votação conjunta. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e nove de abril ao dia três de maio do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, Giovane Byl, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Cassio Trogildo. Esteve em votação o Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando que fossem votados conjuntamente os Requerimentos de autoria de Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Adeli Sell e Márcio Bins Ely solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, o qual, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, teve

sua apreciação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Prof. Alex Fraga, André Carús, Ricardo Gomes e Cassio Trogildo manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Fábio Ostermann, Tenente-Coronel Zucco e Dr. Thiago, deputados estaduais, e de alunos, da professora Fabiane Masiero e do professor Nei Colombo, do Instituto Estadual Professora Gema Angelina Belia, participando de Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial deste Legislativo. Às dezessete horas e doze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cassio Trogildo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Mendes Ribeiro e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Apregoo Ofício nº 374, de autoria do prefeito municipal Nelson Marchezan Júnior (Lê.): “Senhora Presidente, ao cumprimentá-la cordialmente, venho a Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e da Lei Complementar nº 133 de 31 de dezembro de 1985, comunicar meu afastamento para o gozo de licença-paternidade. Registro, por oportuno, que o Senhor Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim, encontra-se em férias até o dia 4 de maio do corrente ano, assim convido Vossa Excelência para assumir este Executivo no período de 29 de abril a 4 de maio”.

Registro a presença do deputado estadual Fábio Ostermann, do partido NOVO; seja bem-vindo, um grande abraço.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): De acordo com o art. 149, do Regimento desta Casa, solicito que seja feita a leitura da ata da última sessão.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): As atas serão distribuídas e serão feitas as leituras.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindisaúde-RS que tratará de assunto relativo à terceirização e privatização da saúde. O Sr. João Ezequiel, representando o Sindisaúde-RS, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras. Queremos agradecer a Presidenta Mônica Leal por agendar esta Tribuna Popular para os movimentos sociais; também agradecemos o Presidente da Casa neste momento, Ver.

Mendes Ribeiro, e quero fazer uma saudação especial aos nossos colegas do IMESF que estão aqui hoje, num dia de luta, um dia de reivindicação desses colegas. E, colegas, quero dizer para vocês que estamos vivendo um momento em que é necessário que todos os trabalhadores, seja de que vínculo forem, não interessa se são estatutários, se são do IMESF, se são terceirizados, todos nós temos que nos unir para barrar os projetos nefastos do Marchezan contra todos nós e contra a população de Porto Alegre. E dizemos que são nefastos, porque os projetos de Marchezan atacam a população, atacam os servidores. E a população de Porto Alegre já está enxergando isso, prova disso é que 86,5% da população, numa pesquisa recente do Instituto Methodus, desaprova o governo Marchezan – 86,5% da população de Porto Alegre!

O nosso tema aqui hoje é sobre as terceirizações e privatizações na saúde municipal em Porto Alegre. É importante dizer que, nos últimos meses, desencadeou um processo de medidas, decretos, concorrência na iniciativa privada para entregar a gestão para a iniciativa privada de diversos locais, de diversos serviços da saúde municipal de Porto Alegre. É o caso do Pronto Atendimento da Bom Jesus, Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro, Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, Hospital de Pronto Socorro, SAMU e laboratórios municipais. É importante dizer para a população, por exemplo, que o Hospital Presidente Vargas é referência materno-infantil no Estado inteiro. O Hospital tem a triagem neonatal que faz o conhecido Teste do Pezinho, no Estado inteiro, para todos os 497 municípios do Rio Grande do Sul, além de atendimento de emergência em pediatria e obstétrica. O HPS está fazendo agora 75 anos, tem a única UTI traumatológica pediátrica do País inteiro. É importante dizer que o HPS é referência no atendimento ao trauma e também no atendimento aos queimados. Inclusive, lá naquela crise da Boate Kiss, o HPS e o SAMU transferiram pacientes para cá, para tratamento de queimados, ali no Hospital Pronto Socorro. É importante dizer que os laboratórios no Município de Porto Alegre, os laboratórios públicos têm aumentado a sua execução de exames. No caso do Hospital Presidente Vargas, o laboratório aumentou de 30 mil para 40 mil exames. Todos esses exemplos, prontos atendimentos que foram construídos pela população, pelas comunidades ali na Bom Jesus, ali na Cruzeiro do Sul e lá na Lomba do Pinheiro, todos esses prontos atendimentos foram reivindicados, construídos, conseguidos com muita luta pela população dessas regiões. Por isso, nós, a população de Porto Alegre, os trabalhadores da saúde, os municipais de Porto Alegre não podemos simplesmente deixar que o Marchezan faça um balcão de negócios da saúde municipal e entregue os nossos serviços de saúde para a iniciativa privada.

Eu quero trazer aqui ao conhecimento de todos que o Marchezan e seus aliados fazem um discurso, tentam nos convencer de que essas medidas para passar a saúde para a gestão privada vão ser boas para a população. Mas eu gostaria de saber, gostaria que nos mostrassem onde isso foi bom para a população, em qual lugar? Mostrem em qual o município, em qual estado que, passando a saúde para mão da iniciativa privada, melhorou a saúde da população? Por que digo isso? Porque os estudos realizados até hoje, e temos aqui o médico, professor de saúde coletiva, Dr. Alcides Miranda, que fez um estudo recente, ele pesquisou 300 contratos de gestão da

iniciativa privada em vários estados do País, inclusive no Rio Grande do Sul, e ficou comprovado, através do estudo dele, que, quando a iniciativa privada assume o serviço de saúde, os custos aumentam e não diminuem. Não é verdade que diminuem. Um outro problema gerado que esse professor aponta, Dr. Alcides Miranda, é que, quando a gestão privada assume o serviço da saúde por conta dos baixos salários, há uma rotatividade de profissionais, cortando vínculo dos profissionais de saúde com as comunidades, com os pacientes, com a população. É importante dizer que também um outro estudo feito por oito universidades, chamado Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil, em dez estados brasileiros, provou que os contratos dessas empresas com a gestão pública, inicialmente, parecem bons, porque eles apresentam lá que vão comprar insumos a baixo custo, eles apresentam que vão contratar profissionais a baixo custo, só que tem alguns detalhes, como essas OSs, que seriam empresas sem fins lucrativos... Olhem bem, sem fins lucrativos, essas empresas assumem com um contrato, só que, ao longo da execução da sua gestão, elas vão aumentando os custos. Sabem por quê? Por exemplo, para se comprar os insumos para a saúde, essas empresas não são obrigadas a fazer licitação, portanto elas escolhem as empresas das quais elas querem comprar, por exemplo, seringas, agulhas, medicamentos, tubos para exames e diversos outros insumos que são necessários na saúde: gaze, atadura e por aí vai. Vocês imaginem uma empresa que tem dinheiro público livre para comprar de quem ela quiser. Aí vamos pegar os exemplos concretos, para além dos estudos, porque os estudos são importantes, são estudos acadêmicos de campo, realizados de forma séria, mas vamos para além, vamos para os fatos concretos: o Instituto Gampi, em Canoas, um contrato de R\$ 1 bilhão com a saúde em Canoas, administrou o Pronto-Socorro de Canoas e diversos outros postos. Esse instituto desviou mais de R\$ 40 milhões da saúde de Canoas, seus dirigentes foram presos no final do ano passado. Aqui em Porto Alegre não tem exemplo? Também tem exemplos. Nós tivemos o Instituto Sollus, de 2007 a 2009, administrando a Estratégia de Saúde da Família. O Instituto Sollus sofreu uma investigação e foi constatado que eles estavam desviando milhões da saúde de Porto Alegre. Inclusive, neste ano, a justiça obrigou o Instituto Sollus a devolver R\$ 10 milhões para a saúde de Porto Alegre. Voltaram só R\$ 10 milhões; tem mais dinheiro para buscar! Fora isso, tem uma empresa hoje, no dia de hoje, de portaria; eu vou dizer o nome aqui, porque tem que ser dito o nome dessas empresas de falcatura: SR Serviços de Portaria em Porto Alegre. Essa empresa está sem pagar os seus trabalhadores há três meses. Nós tivemos de fazer campanha, lá no Hospital Presidente Vargas, lá na vigilância, nos prontos atendimentos, pois esses trabalhadores – olhem bem gente, pessoas com emprego, empregadas – estavam passando fome. Nós tivemos que fazer campanha de doação de alimentos para ajudar esses colegas que estão passando fome no dia de hoje. Para concluir, só quero dizer o seguinte, teria outros exemplos, mas o que nós precisamos aqui, população de Porto Alegre que nos assiste, colegas municipais de todas as áreas, porque estão atacando a FASC, o DMAE... Querem vender tudo, virou um balcão de negócios em Porto Alegre. Essa é a verdade, esse é o projeto de Marchezan. E como a gente pode fazer para barrar este projeto? Só nos unindo, gente, só indo à luta – servidores, trabalhadores, sejam terceirizados, sejam

mestres, sejam estatutários – com a população, todos nós, vindo aqui para a Câmara, indo lá no Paço Municipal, exigindo uma saúde pública de qualidade para toda a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ezequiel, convido-o para fazer parte da Mesa. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver, Pablo, gostaria de saudar a presença do João Ezequiel. Gostaria de comentar a respeito das manifestações da pauta. Não venho aqui para concordar com sua manifestação, mas para manifestar algumas preocupações, em que pesem essas modificações da Prefeitura. Aproveito para saudar a presença do secretário da saúde, que está aqui, o Pablo, junto com a sua equipe, e dizer que, neste momento, num dia em que, possivelmente, votaremos um aumento de impostos, neste Parlamento, nós precisamos saudar e reportar a importância de toda e qualquer ação de planejamento do Executivo, para que nós tenhamos melhores utilizações dos recursos públicos, para dar melhores serviços para a nossa população. Aliás, se tivermos esse uso do recurso público tratado de maneira séria, responsável, visando àquilo que é de melhor retorno do valor investido para a população, nós não precisaríamos aumentar imposto como a Prefeitura tenta fazer aqui, pela terceira vez, desde que assumiu a sua gestão. Pela terceira vez, a Prefeitura tenta empurrar um aumento do IPTU que impactará de maneira mais forte às pessoas mais pobres, essas dependentes do Sistema Único de Saúde, dependentes da qualidade do serviço público de saúde que está aqui hoje sendo pauta de discussão nesta Tribuna Popular. Então eu reforço: debates como esses, de melhor utilização do recurso público, de investimentos e também de melhor gestão do uso de nossas ferramentas, de nossas estruturas, de nossos ativos municipais para a prestação de serviços da saúde são fundamentais para que não precisemos, mais uma vez, ter que ir ao bolso do cidadão, especialmente do mais pobre, para tirar o seu dinheiro para custear a ineficiência do serviço público e do serviço da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso presidente em exercício, nosso querido amigo João, da saúde, que está aqui representando não só os trabalhadores da saúde, mas de modo especial, na Tribuna Popular, demonstrando claramente a falta de gestão do atual governo, na medida em que ele propõe até a privatização da saúde, no caso do HPS, do postão 24 horas da Lomba do Pinheiro, da

Bom Jesus, da Cruzeiro. A indignação desses trabalhadores agentes comunitários de saúde e da saúde da cidade não é por acaso. A indignação, nobre presidente, é que o governo municipal, por falta de gestão, de criatividade, está entregando a saúde pública às ONGs que já demonstraram claramente em todos os lugares que por onde passaram destruíram com o sistema de atendimento médico e cometeram rombos estratosféricos como fez a Sollus aqui em Porto Alegre. Por esta razão, estamos aqui em nome da bancada do PT, também nos indignando e pedindo que o prefeito volte atrás, volte a governar a cidade. Tem ainda dois anos. Ele já tentou e conseguiu, aqui na Câmara, destruir a carreira do funcionalismo, privatizou os parques e praças de nossa cidade, agora é entregar a saúde para quem vê nela lucro. Nós queremos é o compromisso do Estado, do Município. O imposto que nós pagamos para poder trazer não só a dignidade aos trabalhadores, mas a toda população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; João Ezequiel, companheiro de lutas. Nós, da bancada do PSOL, obviamente, estamos do lado dos servidores públicos desta cidade, e o exemplo muito claro de que a terceirização dos serviços públicos não dá certo é a questão da segurança. Os serviços de segurança de portaria nas nossas escolas foram deixados a cargo de uma empresa privada contratada no ano passado, não durou quatro meses a prestação desses serviços. Quatro meses. A Prefeitura teve um desacordo com relação a essa empresa, a empresa simplesmente abandonou as nossas escolas e agora o serviço está a cargo das direções das escolas do nosso Município. Os diretores que fazem o ponto dos servidores, que têm que se envolver nas questões administrativas, também nas questões do dia a dia dos problemas das nossas escolas, agora estão atuando como porteiros, garantindo a segurança da comunidade escolar. Isso é uma vergonha, isso é uma falta de respeito. Na semana passada, eu usei a tribuna para dizer: quem não tem capacidade e competência para administrar terceiriza tudo. É o que o prefeito está fazendo, a sua incapacidade, a sua incompetência administrativa está tendo como reflexo a colocação do serviço público, de que tanto a nossa população precisa, na mão da iniciativa privada. Esse é o viés da atual gestão: irresponsabilidade, incompetência e descaso em relação aos serviços prestados a nossa população. Um grande abraço a ti, e a todos municipais da área da saúde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; João, que fala aqui na Tribuna Popular em nome do Sindisaúde; quero concordar em parte com sua manifestação e, respeitosamente, discordar de outra parte. Primeiro, em janeiro, o senhor nos acompanhou, inclusive, numa visita à COSMAM, estávamos no período de recesso, ao HPS, e lá estiveram conosco também os representantes da área de contratos da Secretaria Municipal de Saúde. E eu quero aqui reforçar o que de fato está ocorrendo não só no HPS, mas em outras tantas unidades e locais de atendimento de saúde pública de Porto Alegre, que é essa negligência, esse descaso, essa falta de pagamento, essa falta de responsabilidade dessas empresas que estão prestando serviços. Não é possível mais que esses trabalhadores, contratados por empresas terceirizadas, enfrentem essa realidade que precariza o atendimento à população, deixa os locais mais inseguros e faz com que outros profissionais deixem as suas funções para cobrir aqueles que faltam. No mínimo, essas empresas deveriam ser declaradas inidôneas para futuras contratações com a Prefeitura, e nesse aspecto nós concordamos 100% e seremos parceiros nesse sentido.

Segundo, em relação ao IMESF, recebi um conjunto de servidores, inclusive representantes do Sindisaúde, no gabinete, e, como presidente da COSMAM, estamos nos colocando à disposição para, ainda nesta semana, ouvir as suas propostas, para encaminharmos à liderança do governo no tempo, sabemos que curto, mas suficiente para que sejam ouvidos e, dentro do possível, algumas questões sejam consideradas.

Terceiro, no que diz respeito aos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, quero dizer que haverá, sim, não uma privatização, mas um chamamento público, porque nenhum patrimônio público será vendido e nenhuma carreira será extinta. É uma mudança no modelo de gestão, são visões diferentes, mas respeitáveis, e nós temos que buscar a qualificação do atendimento à população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mendes; João Ezequiel, liderança sindical, camarada, amigo; pessoal que está aqui conosco nas galerias, a luta que o João Ezequiel expressou aqui é fundamental contra a privatização do que é mais essencial, em tese, infelizmente nós sabemos que não tem sido assim, que o Estado tem obrigação de prestar, o serviço mais essencial. A Prefeitura de Porto Alegre, com a terceirização na Lomba e na Bom Jesus já começou a destruição desse serviço público, desse caráter público do serviço, e a terceirização da gestão no HPS é um salto de qualidade, porque, na minha opinião, João Ezequiel, desobedece a Constituição Federal, porque ela prevê que a saúde privada deve ser subsidiária em relação à saúde pública, pois o HPS é o coração da saúde de Porto Alegre, e a terceirização da gestão é, sim, a privatização desse serviço e, portanto, uma

desobediência em relação à Constituição Federal. Nós vamos levar essa luta às ruas e até aos tribunais para evitar essa privatização. Eu só quero chamar atenção, Presidente, o senhor é da CCJ: na área da portaria do HPS tem 20 trabalhadores que estão na condição de semiescravos, porque trabalham e não recebem de empresas picaretas contratadas pela Prefeitura, e a Prefeitura deixa que essas empresas não paguem. Essas empresas são substituídas e, novamente, elas não pagam. Terceirização é superexploração e ataque ao interesse público. Por isso, a nossa luta; por isso, os nossos parabéns ao João Ezequiel e a todos que ele representa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Mendes Ribeiro, senhoras e senhores, gostaria apenas de registrar que o que nos importa, o que importa à população de Porto Alegre é um serviço público acessível. Pouco importa para o usuário se o serviço é prestado de forma estatal, terceirizada ou contratada, o que importa é um serviço de qualidade prestado na ponta para os cidadãos. Nós sabemos das dificuldades de gestão que o poder público tem nas três esferas – municipal, estadual e federal –, sabemos da grande dificuldade que há no Brasil para separar a administração pública do governo e sabemos que há um uso político da máquina pública – o que, aliás, reflete, obviamente, na quantidade de cargos em comissão nomeados e na infinidade de usos políticos feitos através das três esferas, das posições da administração. Por isso mesmo, nós acreditamos que, ao contrário do que expressam algumas ideologias que vêm se manifestar, que querem, como dizia Mussolini, “tudo para o Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado”, que são defensores da estatização pura e simples, às vezes, porque têm seus feudos eleitorais alicerçados em corporações que sustentam essa liderança política... Se o senhor está tentando levantar a galeria contra o que eu estou falando, eu peço que o senhor me respeite, porque eu o respeitei enquanto o senhor falava, e o respeitava, inclusive, quando o senhor, desta galeria, não deixava os vereadores falarem. Então, aqui o senhor não tem voto, o senhor é convidado!

(Aparte antirregimental do João Ezequiel.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): O senhor que se sente! O senhor que se sente, porque aqui o senhor não terá voz! O senhor já usou a voz que lhe é dada por concessão! O senhor que se sente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Vereador, só um pouquinho.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): O que a população quer são serviços bem prestados, ainda que contratados da iniciativa privada, que nós sabemos que são menos sujeitos a essa captura política de políticos que se apropriam da máquina pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Mendes, colegas vereadores e vereadoras, nossos profissionais em saúde, que hoje ocupam a Tribuna Popular, sejam bem-vindos à Casa do povo, cidadãos e cidadãs, que presenciam, nesse momento, numa sessão direta na Câmara de Vereadores, a dura realidade por que passamos na cidade de Porto Alegre. Como os senhores sabem, nós já enfrentamos aqui alguns assuntos bastante espinhosos, mas, infelizmente, depois de uma enorme rejeição, como o prefeito apresenta em Porto Alegre, assim mesmo tem vereadores que preferem estar ao lado de quem quer entregar a cidade ao capital, privatizando praticamente tudo, destruindo carreira de servidores e atendimento com recurso público à população de Porto Alegre, como é o caso da saúde.

O Sr. João Ezequiel colocava para nós a preocupação enorme não só dos trabalhadores da saúde, do IMESF, que é um dos projetos que até então está como prioridade do governo para votar hoje. Vejam as senhoras e os senhores, no dia 15, o governo mandou para esta Casa dois projetos de lei, um deles, a Operação Inverno, e outro, fazendo modificações importantes no IMESF. Quem lembra do IMESF? A constituição do IMESF, há muitos anos, depois do rolo do enorme calote que deu a Sollus, em Porto Alegre, uma organização social, instituíram o IMESF. O IMESF, apesar de ser um serviço que não é estatutário, mas celetista, não tem o mesmo tratamento que têm os servidores públicos. Por isso, nesse projeto do governo mandado à Câmara de Vereadores tem sim algumas imperfeições. E os sindicatos e entidades, que estão aqui, estão pedindo para dialogar mais, secretário de saúde, adiar um pouco mais essas alterações no IMESF. Damos acordo na Operação Inverno sem problema nenhum, mas este projeto mostra, claramente, que tem imperfeições. Eu acrescentei, em nome da bancada do PT, seis emendas. Uma delas, quero citar às senhoras e aos senhores, o IMESF reduz a carga horária dos médicos de 40 para 20 horas e não diz como vai continuar atendendo o outro turno. Portanto, o governo municipal quer atender os cidadãos e as cidadãs, lá nas equipes do IMESF, meio turno, turno integral, ou, como o próprio governo diz agora, queremos também o terceiro turno? Essas imperfeições estão aqui, e nós estamos dando a possibilidade que o governo, através de uma das emendas, possa então contratar, porque aqui não se trata, por exemplo, de o cidadão ou cidadã profissionais do IMESF aderirem automaticamente à dedicação exclusiva, eles não são estatutários, são celetistas. Portanto, o governo está mentindo.

Nós temos que corrigir as imperfeições através do diálogo, também a isonomia salarial, o enfermeiro, o chefe de enfermagem, não ganham o mesmo salário em ambos os casos, tanto para servidor público como para o IMESF. Nós queremos trabalhar a questão, nós queremos construir, por exemplo, que os agentes comunitários de saúde não percam o incentivo que vem do governo federal e estadual, e aqui o governo municipal está extinguindo o incentivo porque não fala dele. Nós estamos pedindo tempo para que o governo não aumente a sua rejeição de 86% e que poderá ir a 96%. Nós queremos que a cidade dialogue com o cidadão, nós queremos construir uma cidade para todos e não destruir em apenas alguns meses aquilo que foi construído por vários governos. Nós queremos é dignidade ao servidor público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Quero registrar a presença, neste plenário, dos deputados estaduais Tenente-Coronel Zucco e do ex-colega Thiago Duarte.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 14h55min: Estão reabertos os trabalhos.

Aprego documento firmado pela Ver.^a Comandante Nádia, comunicando o seu retorno ao exercício da vereança no dia de hoje. Conseqüentemente, cessa o exercício da vereança da suplente Lourdes Sprenger.

Aprego documento firmado pelo Ver. Luciano Marcantônio, comunicando o seu retorno ao exercício da vereança no dia de hoje. Conseqüentemente, cessa o exercício da vereança do suplente Comissário Rafão Oliveira.

Sejam bem-vindos, vereadores!

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos passar o período de Grande Expediente para o final da sessão, após a Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.)

(Manifestação do Ver. Felipe Camozzato.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Desculpe-me, Ver. Felipe Camozzato, eu não ouvi que V. Exa. tinha pedido para encaminhar o Requerimento do Ver. João Carlos Nedel. Pedi para que fosse colocado em votação. (Pausa.)

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Presidente, apenas para explicar que o Requerimento...

PRESIDENTE MENDES REBEIRO (MDB): Só um minuto, Vereador.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Apregoo documento firmado pelo Ver. Ramiro Rosário, comunicando o seu retorno ao exercício da vereança no dia de hoje. Consequentemente, cessa o exercício da vereança do suplente Moisés Barboza. Seja bem-vindo, vereador!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Mendes Ribeiro, eu queria fazer um apelo ao vereador do partido NOVO, que deixe de ser velho e respeite as pessoas que estão aqui, que pare de fazer essas protelações em respeito ao auditório cheio de pessoas do CIEE. (Palmas.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Vereador, o Requerimento do Ver. Nedel envolve duas solicitações, um de antecipação do período de Comunicações, com o qual temos acordo; e o outro, para a transferência do período de Grande Expediente, a realizar-se após a Ordem do Dia, com o qual não temos acordo. Por isso, queria encaminhar, porque acho que o Grande Expediente deve ser antes da Ordem do Dia, porque quero me manifestar, e hoje teremos o projeto do IPTU para votação.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Ver. Felipe Camozzato, este Presidente disse que eram dois requerimentos. Serão votados separadamente.

Apregoo processo SEI nº 053.00041/2019-71, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 29 de abril a 02 de maio de 2019. Declaro empossada a Ver.^a Lourdes Sprenger, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h05min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 15h06min: Estão reabertos os trabalhos.

Em função de a Ver.^a Mônica Leal assumir a Prefeitura no período de 29 de abril a 02 de maio de 2019, declaro empossado o Ver. Moisés Barboza, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que solicita a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando passar o período de Grande Expediente para o final da sessão. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Quero explicar aos colegas vereadores e também aos nossos convidados aqui, a quem já fui pessoalmente explicar: nossa preocupação em fazer com que esse segundo requerimento seja rejeitado é para que nós preservemos o espaço de Grande Expediente para que possamos fazer um debate profundo sobre o projeto que se pretende votar no dia de hoje. Ou seja, queremos utilizar esses 15 minutos para podermos aprofundar o debate com os números técnicos, enfim, sobre o aumento do IPTU. E entendemos que, se nós aprovarmos o Requerimento para postergar o Grande Expediente, nós teremos prejudicado esse debate que é de interesse público da cidade de Porto Alegre, que, afinal, não pode consultar, via simulador do IPTU, quais são os aumentos projetados. Não pode acessar os vereadores, já que os contatos dos vereadores, no *site* da Câmara não estão disponíveis, enfim, não podem participar ativamente do debate, e é essa a minha preocupação. Não se trata, Ver. Mauro Pinheiro, de postergar a Ordem do Dia, mas, sim, de garantir que a gente tenha os devidos espaços para poder fazer o debate acerca desse projeto. E é um projeto de extrema relevância para cidade. Eu tenho certeza de que não só a posição do NOVO é bem consolidada, como diversos outros vereadores gostariam de ter a oportunidade de usufruir o espaço de 15 minutos, podendo ter dois oradores, que são, portanto, 30 minutos para debater com profundidade o tema. Eu mesmo tenho uma apresentação sobre o tema, a qual já disponibilizei aos demais vereadores, que sei que estão fazendo uso dessas informações para formularem as suas posições, para poderem, inclusive, avisar as suas bancadas acerca do projeto.

Então não se trata, de modo algum, de prejudicar o espaço muito meritório ao CIEE, por quem eu tenho um grande apreço, pois se trata de uma excelente e importantíssima instituição de Porto Alegre, a qual – eu vivo dizendo aqui – é um dos pilares fundamentais da nossa cidade, que é um empreendedor e que será prejudicado, por exemplo, com o aumento do IPTU, já que os imóveis não residenciais serão quatro vezes mais impactados pelo aumento do IPTU do que imóveis residenciais. Portanto, uma pauta que inclusive diz respeito ao próprio CIEE e todos os seus associados, uma vez que prejudica o empreendedor da nossa cidade e faz com que todas as entidades que

se preocupam com o empreendedorismo na nossa cidade tenham que ter um grau de atenção com relação ao projeto. E nós entendemos que o Parlamento é o espaço para debater todas as nuances de um projeto como este, que mexe profundamente na Planta de Valores da nossa cidade, atualiza diversos valores, faz um aumento médio de 50% dos valores de IPTU. Enfim, são tantas coisas que debateremos no mérito, obviamente no espaço correto, mas que queremos ter resguardada a posição que é de praxe, nas segundas-feiras, de termos os Grandes Expedientes para aprofundarmos esse debate. Então, por isso, encaminho aqui nesse requerimento para que votemos NÃO à alteração dessa ordem e preservemos o espaço legislativo e o Parlamento para debater essa matéria logo após termos a devida homenagem à comunicação dos 50 anos do CIEE. Portanto, não prejudicaremos de modo algum essa comunicação, nós, sim, garantiremos que, após ela, tenhamos um espaço de debate, um debate público, pluripartidário, democrático, sobre um projeto que interessa a todos os 1,4 milhões de porto-alegrenses que aqui estão representados por seus 36 vereadores. Agradeço pela atenção, Ver. Mendes, espero ter esclarecido o meu aparte ali, quando do requerimento, e também informar aos vereadores que não se trata de nenhuma má-fé, muito pelo contrário, estou imbuído da responsabilidade, enquanto Parlamentar, de debater com afinco todos os temas que dizem respeito ao interesse público desta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, só quero deixar claro que sou um dos vereadores que irá falar no Grande Expediente e gostaria de postergar essa fala para outro dia, ou para após a Ordem do Dia, como todos os vereadores sempre fazem. Então, eu peço a concordância dos vereadores para que mantenham, se não, no futuro, vamos lembrar daqueles que são contrários quando eles também pedirem.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 50º aniversário de fundação do Centro Integrado de Empresa e Escola, nos termos do Requerimento nº 005/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Marivaldo Tumelero, presidente do CIEE; a Sra. Iara Wortmann, secretária adjunta da Secretaria de Educação, representante do prefeito municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior; o Sr.

José Carlos Hruby, presidente do Conselho Deliberativo do CIEE; o Sr. Luiz Carlos Eymael, superintendente executivo do CIEE.

O Ver. João Carlos Nedel, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Postura ética, pessoas como razão do trabalho e desenvolvimento sustentável são os valores buscados por essa entidade para o seu direcionamento. Eu sou testemunha de que esses fundamentos são praticados em todos os níveis dessa valorosa organização, pois a acompanho desde que ocupava aquela salinha no edifício Formac, lá junto da Federação das Indústrias. De lá para cá, o CIEE deixou de apenas propiciar estágio e aprendizagem, mas também promover a integração dos jovens no mundo do trabalho, promover ações socioeducativas, realizar encontros de convivência, entre tantas outras ações que impactam, cada vez mais, o dia a dia da nossa sociedade gaúcha. E os números apresentados confirmam: mais de 1,5 milhão de adolescentes e jovens beneficiados, presença em 74 municípios gaúchos, mais de 70 unidades de atendimento pelo Estado, mais de 180 mil jovens inscritos e mais de 36 mil em estágio e aprendizagem. Esses números e as atitudes que permeiam o dia a dia da organização demonstram que o conceito de visão do CIEE – que é ser reconhecido como agente de transformação que gera oportunidades para melhorar a vida das pessoas – vem se transformando em realidade e que a sua missão vem sendo cumprida. Há meio século, o CIEE vem desempenhando o seu papel social, gerando oportunidades para os jovens, abrindo portas, promovendo cidadania e gerando perspectivas. Hoje, paralelamente a programas de estágio e de aprendizagem, grupos de convivência e de alfabetização de idosos, oficinas socioeducativas de capacitação e de inclusão digital, entre outros, favorecem a convivência e o fortalecimento de vínculos, geram renda e mobilidade social e promovem o protagonismo juvenil.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caríssimo Pablo, ilustres visitantes e homenageados. Ver. Nedel, em boa hora, V. Exa. propõe essa justa homenagem. São 50 anos de muito aprendizado. E eu pedi para falar, neste momento, porque V. Exa. adentra no tema que vai além daqueles jovens que conheceram e que, muitas vezes, as pessoas conhecem o CIEE pela questão do estágio, da juventude, mas ele vai muito além. Continue assim, indo além, buscando todos os segmentos possíveis, e, debaixo do guarda-chuva do CIEE, o que for legal e que justamente puder ser feito que seja feito. Tenham, portanto, aqui, o nosso agradecimento e a nossa solidariedade a esse trabalho.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A vocação do CIEE já está explícita em seu próprio nome: integração, integração da empresa com a escola e de ambas com o mercado. Afirmo, com toda a convicção, que o trabalho que o CIEE realiza e que bem conheço é imprescindível para a formação de uma força de trabalho capacitada ao enfrentamento dos incontáveis obstáculos que as

mudanças sócio-econômicas, estruturais e conjunturais, apresentam nos dias atuais, especialmente, aos recém ingressos no mercado do trabalho.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, quero saudar as autoridades presentes e, em especial, o nosso CIEE – Centro de Integração Estudante-Escola – que é uma porta de entrada para os jovens, especialmente, que estão ingressando no âmbito do mercado de trabalho. O Brasil tem uma carência muito grande de formação profissional dos seus alunos. A experiência de um estágio é, normalmente, o primeiro contato que aquele estudante, saído das salas de aula vai ter com o universo do trabalho. Infelizmente, há poucos anos, a lei do estágio, no Brasil, mudou, tornou o estágio mais complicado. Parece, como tantas coisas no Brasil, que o governo joga contra as oportunidades para as pessoas. Mesmo assim, com o bom trabalho do CIEE e uma safra, a cada ano renovada, de estagiários, que vem integrar o mercado de trabalho, fazer essa experiência que é de aprendizado, sim, mas um tipo de aprendizado profissional que as escolas não têm condições de dar no Brasil. O CIEE, sem dúvida nenhuma, é uma das mais fortes instituições que ajuda a dar competitividade para a juventude brasileira quando ingressa no mercado de trabalho e ajuda a transformar tanto estudo em ação, tanta preparação intelectual em capacidade de produção na nossa principal força econômica, que são os recursos humanos da nossa terra. Parabéns, CIEE, parabéns João Carlos Nedel por propor essa homenagem.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero saudá-lo, Ver. João Carlos Nedel, por esta grande homenagem. Quero saudar o presidente Tumelero, o Bins, que está sempre nos atendendo com muito carinho. É uma instituição maravilhosa, e olhar a heterogeneidade das pessoas mostra a grandeza do CIEE: jovens, adultos, mulheres, senhoras de mais idade, enfim, experiência que passam a todos nós. É, sem dúvida, uma instituição de vanguarda e que nos dá ensinamentos, e que serve, também, de ensinamentos a muitos governos que não sabem fazer gestão, só pensam em aumentar impostos. O cidadão está cheio de aumento de impostos, mas o CIEE dá exemplo de qualidade, de que faz recuperar muita gente, faz outros surgirem para o mercado de trabalho, definir sua atividade e sua profissão para o futuro. Parabéns, João Carlos Nedel, faz bem por essa grande homenagem. É uma das instituições consolidadas que levam uma credibilidade importantíssima. O povo gaúcho já conseguiu detectar que aí está o caminho certo para o futuro. Obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Foi muito feliz quem fez essa manchete no jornal: “Cinquenta anos de história e mais de 2,3 milhões de beneficiários”, pois não precisa dizer mais nada, essa manchete resumiria tudo. Mas tem mais, Ver. João Carlos Nedel, no ano passado, eu tive a oportunidade de participar, como secretário do governo do Estado, e lá vi uma das coisas mais importantes e mais belas que se faz com o CIEE e a

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que a secretária Maria Helena Sartori comandava. Neste País, se fala muito em recuperar aqueles que estão cumprindo pena, pois o CIEE é parceiro, dando estágio, dando trabalho para quem está cumprindo pena e tenta se recuperar. A juventude que está no descaminho, o CIEE está ajudando a recuperar. Eu acho que só esse fato mostra o movimento e o coração do CIEE. Marivaldo, acho que você é um exemplo de quem se doa, e todos aqueles que se doam ao CIEE, gratuitamente, para ajudar a juventude, para ajudar o progresso, para ajudar a educação. Cumprimentos, e vida longa ao CIEE.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Amigo Nedel, primeiro o nosso abraço, cumprimentos pela homenagem; segundo, estou falando aqui em meu nome, Aírto Ferronato, e em nome do nosso também vereador, Paulinho Motorista, para cumprimentá-lo pela iniciativa, afinal de contas, são 50 anos de fundação do CIEE. Nós estamos aqui em Porto Alegre, na nossa vida política de longa data, e o CIEE, inegavelmente, é uma referência na cidade de Porto Alegre, é um caminho muito cimentado e concreto do nosso jovem. Nosso jovem, nos primeiros passos da sua vida, procura o CIEE, que dá entrada na vida laboral da nossa juventude e também dos não tão jovens – muitos idosos também fazem isso. Por isso eu quero aqui trazer um abraço a vocês, dizer da importância de estarmos aqui comemorando e participando dessa homenagem dos 50 anos, e quero trazer os parabéns ao CIEE, e parabéns aos comandantes do CIEE, que inegavelmente têm trazido um trabalho inestimável para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul, quando se trata da educação, da formação da nossa juventude, essencialmente aqui de Porto Alegre. Quero trazer um abraço também a todos que estão conosco nesta tarde; essa presença bastante grande de pessoas, Nedel, expressa a importância desse evento. Meus cumprimentos e obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. Eu venho aqui em nome da bancada de oposição, quero cumprimentar o Tumelero e a Mesa, já mencionada aqui, e dizer o seguinte: apesar de estar representando aqui a bancada de oposição, este não é um tema de situação ou de oposição; este é um tema da cidadania, é um tema da afirmação. No momento em que nós buscamos uma estrutura como essa, que aponta para a educação, que aponta para a formação, que aponta para disputar com tudo que nós não queremos, que está nas comunidades, principalmente na periferia, ao mesmo tempo em que nós temos mais de 15% de desempregados no País, essas agendas são significativas, e eu tenho certeza de que a plateia que aqui está jamais irá se esquecer desses momentos das suas vidas, entrando num processo como esse. Nosso abraço, nossa gratidão, conte sempre conosco, Muito obrigado. (Palmas.)

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, também quero cumprimentar V.

Exa. por esta bela iniciativa, quando fala a Câmara, fala a cidade; me permitam fazer uma saudação muito especial ao público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, muito obrigado pela presença e pela deferência. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Também quero aqui prestar a minha homenagem, Ver. Nedel, Presidente, e dizer que, quando eu estava lá na faculdade de direito, fiz um estágio através do CIEE, no escritório do Dr. Flor Edison, escritório de direito imobiliário. Percebemos que essa integração empresa escola é muito relevante, muito importante – faz a gestão, vê se o aluno está indo, se não está matando aula! Agora, nem tão recente, há aquela fantástica sede que foi inaugurada, um belo prédio com um anfiteatro que também é oportunizado para outras iniciativas da comunidade porto-alegrense – já assisti lá, inclusive, a espetáculos de balé das crianças pequenas. Então, hoje, o CIEE montou uma infraestrutura que funciona não só para o propósito da questão do estágio, mas também para outras finalidades, atender a comunidade porto-alegrense de um modo geral. Então, nada mais justo que esta homenagem – falo aqui em nome da liderança do meu partido, o PDT. Quero também me somar, Ver. Nedel, a V. Exa. nesta iniciativa muito oportuna, muito importante. Não são 50 dias, não são 50 meses, são 50 anos. Há que se reconhecer, quantas instituições conseguem se manter durante 50 anos no patamar em que está hoje o CIEE, uma referência? Fica aqui também o nosso reconhecimento agregado à iniciativa do Ver. João Carlos Nedel. Muito obrigado.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Presidente Marivaldo Tumelero, foi por reconhecer essa realidade que propus que a cidade de Porto Alegre, através da Câmara Municipal, homenageasse os 50 anos de existência do CIEE e agradecesse pelo bem que o CIEE faz ao nosso Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns ao Centro de Integração Empresa-Escola pelos seus 50 anos de pioneirismo e dedicação à formação dos gaúchos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. João Carlos Nedel.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com satisfação que podemos ver uma homenagem do Ver. Nedel ao CIEE que completa seus 50 anos. Manter uma entidade forte e idônea por longos anos é merecedora de destaque, com sua missão de desenvolver iniciativas socioassistenciais e socioeducativas que dão acesso à integração e ao emprego aos jovens. Esta reinserção, que eu tive a oportunidade e a grata satisfação de participar das reuniões na Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, comandado por Maria Helena Sartori, em 2017, porque eu estava num trabalho do BIRD, e vem gratificar a nós ao saber que jovens que cumpram essas

medidas socioeducativas, que possam ter um amparo após esse período para não voltar ao local onde se integraram aos maus caminhos – vamos dizer assim. Então, era algo que se falava, mas não se via aplicado na prática, e isto é gratificante, como é também através desse mesmo projeto, os Centros da Juventude, onde os jovens podem ter alguma iniciação numa profissionalização para não ficarem à mercê do que tem de mais nocivo em nossa sociedade que é o tráfico e outros maus caminhos.

Então, a minha manifestação é de reconhecimento a este trabalho, a esta entidade. Cumprimentos à iniciativa do Ver. Nedel, e a esta Casa por trazer a todos a visibilidade do que é uma entidade de 50 anos, prestando relevantes serviços sociais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Gostaria de iniciar fazendo um relato pessoal. Há 12 anos, cursando administração, fui até o CIEE para procurar minha primeira vaga de estágio. Com o suporte do CIEE, iniciei minha vida profissional, portanto. Isso demonstra um pouco ainda que uma experiência pessoal seja um grão de areia num universo gigantesco de exemplos, a importância dessa entidade para a formação de profissionais, para a formação de pessoas e para a formação de uma sociedade mais empreendedora, mais rica, que se desenvolve. Eu acredito, e é uma convicção minha enquanto administrador de formação, enquanto profissional que trabalhou na iniciativa privada e foi empresário durante mais de sete anos, que o empreendedor é um herói. Nada existe numa sociedade se não existir o empreendedor que cria, que inova, que através de sua coragem, assumindo riscos, vencendo barreiras, concorrendo livremente no mercado, vai lá e oferta mais produtos, mais serviços, cria empregos, renda e, portanto, muda o patamar de qualidade de vida de uma cidade, de um estado e de uma nação por conta de seu ato de empreender. Por isso que acho que o empreendedor é um herói. Sem empreendedor nada disso, Srs. Parlamentares, seria possível porque é dos empreendedores que sai o dinheiro para custear inclusive os nossos salários, é dos empreendedores que saem os empregos que alimentam muitos dos discursos políticos, é dos empreendedores que saem as ideias, os produtos e os serviços que tiram a nossa fome, que nutrem a nossa necessidade de transporte, de água, de luz, enfim, os empreendedores são heróis. E entidades que servem para o fomento de novos empreendedores, para a capacitação de pessoas que farão a diferença na sociedade, como é o caso muito bem representado do CIEE, são fundamentais para que a nossa sociedade seja cada vez mais rica, mais desenvolvida e menos dependente de aumentos de impostos. Uma sociedade rica e desenvolvida é aquela que torna mais livre o ambiente para quem empreende, para quem quer dedicar a sua carreira a criar e assumir riscos, a ofertar novidades para as pessoas. E são essas pessoas que nós temos que

ajudar a fomentar e tirar amarras, e uma das maiores amarras que o nosso País proporciona para essas pessoas corajosas e heroínas é a carga tributária brasileira, e é inevitável que não cite isso, neste momento, no dia de hoje, já que estamos num contexto onde em plena homenagem de 50 anos de uma entidade tão importante para a nossa cidade, nós podemos estar legislando em desfavor de quem são os heróis da nossa sociedade, que são os empreendedores e aqueles que trabalham para criar soluções, inovações, riqueza e empregos.

Eu encerro a minha fala parabenizando, mais uma vez, o CIEE e agradecendo por tudo que me proporcionou enquanto ainda universitário e que proporciona para a sociedade porto-alegrense até hoje. Falo em nome do Partido NOVO, que também nutre essas convicções, agradecendo pelo exemplo que dá de que é preciso trabalhar sério, de maneira honesta e arregaçar as mangas, porque não existe diferença quando não há quem esteja disposto a fazê-la. Saúdo a presença, esta homenagem e agradeço ao Ver. Nedel pela proposta, porque nós precisamos exaltar quem faz diferença na sociedade, que é o empreendedor e são todos aqueles que ele apoia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. Convido o Ver. João Carlos Nedel a fazer a entrega do diploma aos representantes do CIEE.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Sr. Marivaldo Tumelero, presidente do CIEE/RS, está com a palavra.

SR. MARIVALDO TUMELERO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Gostaria também de destacar os grupos de jovens e de adultos aprendizes. Pediria uma salva de palmas a todos esses nossos companheiros que vieram aqui para prestigiar o CIEE, jovens, estagiários e idosos. Agradecer a vocês pelos programas de Cidadania e Talento, e Inclusão Digital. Quero destacar aqui as presenças também do presidente do CIEE e do superintendente do CIEE de Minas Gerais, Sr. Sebastião Alvino Colomarte e Sr. Antônio Carlos Dias Athayde. Obrigado pela presença. Ao agradecer a esta Casa tão significativa homenagem pela passagem do cinquentenário de atividades de nossa entidade, gostaria de registrar a importância que o CIEE tem hoje frente à sociedade rio-grandense. Desde a sua fundação, são mais de dois milhões e trezentos mil beneficiados por nossos programas; são mais de cinquenta mil empresas, e mais de duas mil instituições de ensino conveniadas, resultados esses conquistados com muito trabalho nesses cinquenta anos de existência. O CIEE é uma sociedade civil de caráter privado, sem fins lucrativos. No início, nosso único propósito era o estágio, inserir o nosso

jovem no mercado de trabalho, mas o tempo passou, nossa instituição cresceu e, a partir dos anos 90, ampliamos o nosso escopo de atuação, passamos a contribuir com outras ações. Agora, também, com foco no desenvolvimento e na autonomia de nossos usuários. É através da ação direta de nosso programa de estágio, programa de estágio, programa de aprendizagem, demais programas sociais e projetos especiais, entre os quais o Programa POD, que atua junto à FASE. Esse programa é de suma importância: as pessoas que participam dele têm 6% de reincidência; os que não participam, 32% de reincidência. Então é um avanço enorme nessa área.

O CIEE se faz presente em todos os setores da economia e nas mais diversas atividades desenvolvidas por empresas públicas e privadas no Estado. Atualmente, o CIEE conta com dez unidades operacionais localizadas em pontos estratégicos do Estado, além de vários postos de atendimento para fazer a cobertura de todo o Rio Grande do Sul.

Ontem, dia 28 de abril, nosso CIEE completou 50 anos de atividade, e, nesse período, já foram colocados em estágio aproximadamente 1,8 milhão de estudantes. Hoje, contamos com 8 mil empresas ativas entre órgãos públicos, Prefeituras e empresas privadas com mais de 35 mil estudantes em estágio, e é nesse universo que está a raiz da nossa integração empresa-escola.

Realizamos também outros programas de inserção no mercado de trabalho, como o Aprendiz Legal, que, desde 2008, em parceria com a Fundação Roberto Marinho e amparado pela lei de aprendizagem tem o objetivo de proporcionar vivências práticas e teóricas que auxiliam do desenvolvimento dos jovens aprendizes. Já são mais de 44 mil beneficiados nessa área. Hoje temos dez mil aprendizes em todo o Estado.

Em 50 anos de atuação no Estado, o CIEE tornou-se uma instituição respeitada e concretizou a relação entre empresa-escola unindo a formação teórica com a prática profissional. Oferecer a primeira oportunidade na carreira dos estudantes em sua futura atividade de trabalho é o objetivo de nosso programa de Estado e programa de aprendizagem.

Aproveitando este momento, queremos reafirmar nossa missão frente à sociedade gaúcha, desenvolvendo ações de capacitação profissional em cooperação com instituições de ensino e empresas. Para tanto esperamos poder continuar contando com o imprescindível apoio da classe empresarial, do poder público e de toda a comunidade do nosso Estado. Mais uma vez agradecemos à Câmara de Vereadores por esta homenagem, em especial, ao Ver. João Carlos Nedel. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Sr. Marivaldo Tumelero. Queria parabenizar o Ver. João Carlos Nedel por esta iniciativa, esta justa e bela homenagem. Eu tenho muito orgulho de presidir esta sessão em homenagem a uma instituição tão séria, tão dedicada que abre portas para milhares de jovens e adolescentes, passando responsabilidade, educação e preparando os nossos jovens para o mercado de trabalho. Não tenho dúvida nenhuma que o CIEE contribui

muito para a evolução do nosso País, do nosso Estado e do nosso Município, oportunizando renda e emprego, ajudando milhares e milhares de famílias da nossa cidade. Então, fica aqui o meu agradecimento, a minha homenagem, o meu carinho, o meu respeito e o orgulho de poder ter sido um dia, também, estagiário pelo CIEE. Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores, do público que veio acompanhar esta belíssima homenagem. Muito obrigado a todos.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h55min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 16h05min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Mendes, que preside esta sessão, assim como fizemos com relação ao período de Grande Expediente, gostaríamos de ter um espaço preservado para podermos discutir; e agora o espaço do período de Pauta é o que entendemos ser fundamental importância para debatermos o tema do IPTU, que está se avizinando para ser votado no dia de hoje. Um tema que tem o interesse público da cidade e que, mais uma vez, nós enxergamos com grande preocupação o impedimento do debate proporcionado pela ausência do simulador - disponibilizado *on-line* até ano passado para o cidadão de Porto Alegre poder consultar de quanto será o seu aumento - e também identificamos como um grande problema podermos discutir de maneira mais aprofundada o projeto em outros tempos parlamentares, os quais o Regimento nos proporcionaria, restando somente aí o tempo de discussão das emendas e o tempo de discussão do projeto. Muito embora seja um tema que, mais uma vez, pela sua importância, desde 1991 há falta de atualização da planta, exige uma apuração minuciosa dos seus efeitos pela cidade, que eu acredito, tenho convicção, enquanto partidário do NOVO, que é um prejuízo para a nossa cidade, é maléfico para os nossos cidadãos e, portanto, precisa e carece de um debate mais aprofundado. Por isso, encaminho este requerimento para que tenhamos a inversão de pauta e possamos discutir no período de Pauta o projeto do IPTU, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Cassiá Carpes, possamos ter um tempo de discussão no período de Pauta do projeto do IPTU e de outros tantos, como, por exemplo, o próprio projeto do vereador líder do governo, que é um projeto que visa à regularização de diversos imóveis - o que promoveria também um aumento de arrecadação de IPTU. É um projeto

que teria interesse, portanto, de parte do cidadão de Porto Alegre que tem o seu imóvel não regularizado, que poderia significar maior arrecadação de IPTU, a contento do que o governo gostaria, e pode ser discutido também nesse espaço. É papel do parlamento, como o nome diz, *parlare*, discutir, debater todos os temas atinentes ao Município de Porto Alegre. E com o IPTU e os projetos correlatos não é diferente. Por isso que a gente entende ser de fundamental importância, Ver. Prof. Alex Fraga, que nós possamos debater em período Pauta esse projeto, lembrando que tivemos uma audiência pública no ano passado sobre o IPTU, viramos o ano, não tivemos uma audiência pública neste ano a respeito do projeto, então o próprio cidadão está excluído do debate em torno do projeto do IPTU, não dispõe da ferramenta de consulta, o simulador, não dispõe, neste momento, dos contatos dos vereadores, que estão fora do ar no *site* da Câmara Municipal; dispõem da sua voz, mas muitos dos que pagarão aumentos estão trabalhando, não poderão estar aqui; e têm, nos seus representantes eleitos, voz para poderem debater profundamente o projeto e seus impactos. Mais uma vez, não estamos entrando no mérito do projeto com este requerimento, mas, sim, discutindo se podemos ter um tempo de pauta, como prevê o nosso Regimento, antes de entrarmos na Ordem do Dia. E eu entendo, sim, que o Governo tem construído suas maiorias. A gente viu as trocas de cadeiras, são secretários virando vereadores, no dia de hoje, no lugar de suplentes, mexendo as cadeiras, para que o Governo possa ter seus votos. Essa urgência toda em debater o projeto e trocar as cadeiras e, ao mesmo tempo, não disponibilizar o simulador do IPTU são preocupantes, na nossa opinião. Ao contrário do que diz o secretário de comunicação, Orestes de Andrade Júnior, de que os ricos é que estão reclamando, são privilegiados e que deveriam agradecer por poderem pagar o IPTU, eu contraponho, dizendo que os ricos são os que podem pagar o aumento do IPTU. Os que não podem não estão tendo voz e sequer estão conseguindo consultar o simulador. São as pessoas mais pobres que terão os impactos do aumento do IPTU, se não sentidos nos seus boletos de IPTU, sentirão nos preços aumentados, no comércio e nos serviços, derivados do aumento IPTU, quatro vezes maior nos imóveis não residenciais. Esses não estão podendo consultar como será o seu IPTU a partir do ano que vem, não estão podendo ter voz, por não ter maiores espaços. Não houve audiência pública, mais uma vez, neste ano, muito embora o tema seja de importância pública para todos os 1,4 milhão de porto-alegrenses. É isso que nós tentamos preservar. É o direito de debater, é o direito de discutir, é o direito de falar, inclusive, sobre os projetos que são inerentes ao aumento e arrecadação do IPTU, como o projeto do Ver. Mauro Pinheiro, dentre outros tantos que tramitam nesta Casa e que, também, poderiam ser melhores debatidos. Faço o encaminhamento a favor de que nós tenhamos essa inversão de pauta e possamos discutir a pauta dos nossos processos legislativos antes de entrarmos na Ordem do Dia, para encaminharmos o início da votação do projeto que retira R\$ 250 milhões do bolso do porto-alegrense para destinar para o caixa da Prefeitura, para o rombo previdenciário. Gastos, muitas vezes, denunciados e apontados pelo Observatório Social de Porto Alegre como gastos que poderiam ser melhores direcionados. Pela atenção de todos muito obrigado. Espero que a esse requerimento tenhamos uma posição favorável.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Ver. Ricardo, estamos no meio de uma votação de requerimento, desculpe.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Gostaria de saudá-lo, Ver. Mendes Ribeiro, comandando os trabalhos, saudar as vereadoras e os vereadores. Quero aqui conjugar, concordar com o requerimento de autoria do Ver. Camozzato, pois entendo que não é apropriado, hoje, votarmos o IPTU, por várias razões. A razão principal é que não foi colocado simulador, como já dissemos, não foi dialogado e não foi concluído um raciocínio lógico sobre o aumento do IPTU. Segundo: aconteceram coisas aqui que não me agradaram. Eu quero que passe para a semana que vem essa votação para que tenhamos aqui o Ver. Janta, para que tenhamos aqui o Ver. Valter, para que tenhamos aqui a Ver.^a Mônica Leal, que é do meu partido, porque a saída dela possibilitou ficarmos com menos um vereador. Nós fizemos quatro vereadores, e isso é lamentável. Baseado nisso, vou mais além, estou, neste momento, declinando, entregando ao partido a liderança do partido, porque eu não participo de conchavo, de conluio. Nunca foi a minha estratégia na vida política. Eu não preciso ser líder, eu não preciso comandar gente experiente como o Ricardo, como o Nedel, como a Mônica, mas uma coisa eu tenho que exigir: coerência, atitude, transparência. Peço aos senhores, peço ao líder do governo que tenha a capacidade de passar para a semana que vem para que a nossa presidenta assuma aqui. Aqui é o papel da presidente, do presidente, comandar os trabalhos da Casa, não é na Prefeitura. Não temos nada contra suplentes, mas titular tem que estar aqui numa causa nobre que prejudica o cidadão de Porto Alegre, que toca no bolso do cidadão de Porto Alegre. É isso o que temos que discutir amplamente! Eu conheço todos os vereadores, são honestos, mas nesta hora não pode fugir da raia, não pode fugir deste plenário. Aqui é o local do debate. Vote não ou vote sim, mas vote, essa é a determinação de todo parlamentar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; colegas vereadores e vereadoras, dia 29 de abril vai ser marcado na história deste Parlamento a continuar o clima, a conduta, o comportamento de alguns pares – é vergonhoso. A cidade amanheceu sendo comunicada... Parabéns, prefeito, pelo seu filho, tem direito a licença-paternidade, mas daí usar a licença-paternidade para sair, o vice sumir, para a Presidente da Câmara assumir? Esse atropelo na divisão entre

Executivo, Legislativo e Judiciário, é assim que morrem as democracias; é assim que decrescem as nações; é assim que nós vamos vivenciar o pior período deste País. O fundo do poço, o lamaçal que eu citei dias atrás aqui, o lamaçal. Quero parabenizar a coragem, a determinação do Ver. Cassiá Carpes que, inclusive, de forma democrática, às vezes um pouco jocosa, na semana passada discutiu conosco sobre as condições que adotaríamos aqui neste plenário. O Partido dos Trabalhadores diz e repete: tem quatro votos. Nós vamos honrar os quatro votos e nós faremos de tudo para não votar hoje. Usaremos todos os subterfúgios, faremos “das tripas o coração”, usaremos de todos os expedientes, todos os expedientes justos, regimentais, legais. Falem o que vocês quiserem para a imprensa, na mídia, onde quiserem, falem o que quiserem! Nós não nos dobramos, nós não nos vendemos! E não adianta ligar para A, B, C ou D, não adianta! Quem se elegeu, quem montou bancada aqui foram os votos na legenda, nos candidatos e nos quatro que estão hoje no assento desta Casa. Nós continuaremos, Roberto Robaina, a honrar, a discutir com V. Exa., com a bancada do PSOL e com todas as outras bancadas – todas! É interessante verificar: alguma coisa está confusa, porque aqui não tem um corte de classe, como alguns gostam de dizer. Corte de classe, como se tivessem lido alguma coisa de marxismo uma vez na vida! Analfabetismo político total. Aqui está em jogo o interesse da cidade. Se a bancada liberal, especialmente o Camozzato, o Ricardo, está com essa posição, porque nós, os democratas, os que defendemos o socialismo democrático, bebemos na fonte da revolução americana; nós não renegamos Hamilton, Madison, nós não renegamos os que levantaram a bandeira da democracia americana, a legítima democracia, mas tem alguns que leram meia dúzia de *fake news* e querem vir dar lições aqui. Não a nós! Não a nós! Hoje será o dia de medir forças, assim como nós não nos dobramos ao Judiciário, que tem que cuidar das coisas do Judiciário. Assim que foi fundada a democracia depois da revolução francesa: bebendo na fonte do iluminismo. De lá para cá as democracias efetivas foram beber nessa fonte. A divisão tripartite do estado, como nos ensinou Montesquieu: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não tirar o membro mais importante, a Presidente da Câmara, para sentar na cadeira do Executivo, por uma manobra. Nós vamos fazer esse debate, ele não terminará aqui, hoje. Não terminará hoje aqui! Não pensem que nós estamos para brincadeira aqui, não; nem aceitaremos provocações. Achamos lastimável a arrogância com que discutem alguns temas conosco. Não vão nos tirar do sério! Pela democracia, pela divisão tripartite do poder, nós faremos valer os ditames do Regimento e da Lei Orgânica do Município. O nosso voto será contra essa barbaridade!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna em nome do meu partido, o PSOL, portanto, encaminho a

matéria em nome dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos. Nós estamos, agora, apreciando o Requerimento para que nós possamos antecipar a pauta. Existem dois projetos em 2ª sessão de pauta na nossa lista que ficariam para o final da sessão. O Requerimento do Ver. Felipe Camozzato é para que esses dois projetos, essas duas pautas possam ser apreciadas antes de entrarmos na Ordem do Dia, que é o período da nossa sessão em que começam as votações. O governo dá uma franca demonstração de que está determinado a votar o projeto do IPTU nesta sessão. Os veículos de comunicação em massa já trouxeram a notícia, anteciparam a esta Casa Legislativa e à população desta cidade os interesses do prefeito Nelson Marchezan Júnior. A demonstração evidente está na composição da Câmara de Vereadores, que mudou de forma drástica. Não foi apenas o nascimento do filho do prefeito Nelson Marchezan Júnior, na sexta-feira – e, portanto, a sua licença-paternidade –, que mudou, que redistribuiu as cadeiras do Parlamento. Nós temos aqui secretários reassumindo os seus postos, e isso não aconteceria se não fosse um projeto de grande relevância para a cidade. O prefeito Nelson Marchezan Júnior chamou todas as bancadas desta Casa Legislativa para se reunirem com ele e anotou as ideias. Sentamos frente a frente com o prefeito, no ano passado, e fomos categóricos: existem alguns aspectos que nós não abrimos mão. Não abrimos mão. A exigência que nós fizemos foi que houvesse um simulador; aos moldes do simulador que o prefeito lançou, quando questionou a gratuidade do transporte público de Porto Alegre. Ele fez isso, porque queria retirar isenções, isenção da população de baixa renda, que tem entre 60 e 65 anos, retirar o meio-passe escolar, retirar o meio-passe para professores, retirar, ou pelo menos, reduzir drasticamente a isenção tarifária para deficientes em Porto Alegre. Ele fez tudo isso. Ele colocou o simulador no ar, e nós exigimos que houvesse o mesmo simulador para que a população dessa cidade tivesse ciência do quanto o projeto doeria no seu bolso. Eis que no ano passado o simulador foi lançado, porém dizia ali no rodapé: este simulador não dá garantia do valor de reestruturação do imposto. Então, eu pergunto, colega Roberto Robaina, se o prefeito, no ano passado, colocou o simulador, mas esse simulador não valia, para quê? Para engambelar a população de Porto Alegre? Para fazer média com os veículos de comunicação? Para acalmar os partidos de oposição, em especial, o nosso que fez essa exigência? Nós queremos que esse debate seja feito de forma sincera, clara e transparente para a população de Porto Alegre, porque, efetivamente é boa parte destes cidadãos, destes contribuintes, que terão sangrado o seu bolso. E veja bem, neste momento, em que nós temos uma crise no País, em que uma pessoa que se autointitula, ou pelo menos, dá demonstrações claras durante campanha eleitoral de que seria o “salvador da pátria” só faz porcaria; onde houve mudança nas regras trabalhistas, onde se está aventando a possibilidade de mudança no sistema previdenciário, e nada disso resolve o problema da população, nada disso melhora a crise para o trabalhador. É por isso que estaremos contra essa barbárie, contra os desmandos do prefeito, e contra a falta de transparência. Se a população porto-alegrense é que vai pagar essa conta, ela tem que estar ciente, tem que estar tudo muito claro, e não tem nada claro durante essa discussão. O atropelo, mais uma vez, é a prioridade deste governo, e nós não aceitaremos isso. Nós queremos fazer o debate, queremos e

fizemos muitas sugestões, temos emendas para protocolar, mas desde que a população esteja ciente do que vai acontecer na nossa cidade. Eu gostaria também de destacar, entre outros aspectos, a falta de audiência pública. Senhoras e senhores, é inaceitável que a população não seja chamada a opinar nesse processo. Esse projeto estende-se a todas as regiões da nossa cidade, e, sinceramente, o limite inferior dado como isenção de imposto é para inglês ver. Qual é o imóvel registrado e regularizado que vale 60 mil reais? A Prefeitura diz que boa parte da cidade terá isenção. Mas a maior parte dos imóveis que são comercializados por esse preço são em ocupações, são em áreas irregulares, ou seja, não vai ter isenção nenhuma através desse projeto, e nós defendemos que esse limite inferior seja majorado, 150, 200 mil. Mas nós precisamos de debate, nós precisamos consultar a população, nós precisamos de transparência. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Quero registrar a presença de 40 alunos do 1º ano do ensino médio do Instituto Estadual Professora Gema Angelina Belia, acompanhados pela Prof.^a Fabiane Masiero e pelo Prof. Nei Colombo, que participam da sessão plenária do estudante. Essa atividade faz parte do projeto de educação política que o Memorial e a Escola do Legislativo desenvolvem com as escolas de Porto Alegre. Parabéns por esse grande projeto.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, tendo em vista que hoje temos um projeto importante, e sabemos que vai ser longa a sessão, gostaria de fazer um pedido a V. Exa., que fosse cumprido os cinco minutos rigorosos que estão previstos no nosso regimento.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara; eu creio que este debate atinge a população, porque a pretensão do governo de aumentar a carga tributária atinge a economia popular. Nós temos um governo, um Prefeito que foi eleito com uma campanha eleitoral dizendo que não aumentaria a carga tributária, que não aumentaria os impostos, disse isso reiteradas vezes na campanha eleitoral e agora faz dois anos que tenta aprovar o aumento do IPTU. Eu quero usar a palavra em nome da oposição para chamar atenção para um pedido feito pelo Ver. Cassiá. Eu acho que é um pedido, Ver. Cassiá, que deveria ser transmitido para a Presidente da Câmara de Vereadores, afinal de contas, a Ver.^a Mônica é presidente da Câmara de Vereadores e, neste momento, está exercendo o cargo de prefeita. Eu acho que ela deveria ser comunicada desse movimento que foi feito pelo governo. O Prefeito tem todo o direito de ter a licença

paternidade, mas justamente quando o Prefeito está preocupado com a sua família – nós achamos que o Prefeito tem todo o direito de ficar preocupado com a sua família –, ele não tem o direito de aumentar a carga tributária das famílias de Porto Alegre. Nós estamos questionando isso. O Prefeito está agora numa atividade privada; o Vice-Prefeito, pelo que me foi informado, está de férias. Olhem a situação: nós estamos votando na Câmara de Vereadores... é um negócio que eu não sei se se chora, ou se ri, o negócio é tentar compreender. Mas o fato é que nós temos o Prefeito em licença paternidade, nós temos o Vice-Prefeito de férias, e esses dois, que são governo, querem que, a partir do ano que vem, as pessoas paguem mais para que eles sigam governando. Tem mais: o líder do PP, do partido da Presidente da Câmara, disse que o governo teria que esperar a presidente da Câmara voltar. Eu ouvi aqui muita gente colocando em suspeita de que teve até um grande parto para que esse projeto fosse votado nesses dois anos, mas que há uma coincidência muito rara com uma licença paternidade e com as férias do Vice-Prefeito. E a Presidente da Câmara, até onde eu sei, era contrária a esse projeto. Então, ela não poderia se negar a assumir a Prefeitura, mas se o prefeito entra em licença paternidade, o Vice-Prefeito entra de férias, e a Presidente da Câmara não podendo se negar a assumir a prefeitura, não pode, também, pairar sobre ela a dúvida de que ela aceitou isso justamente para não estar aqui num momento decisivo para as famílias de Porto Alegre. Essa dúvida não pode pairar, e para que isso não aconteça, o vereador que é líder do partido da Presidente Mônica, sugeriu que seja discutido na semana que vem esse projeto. Então, Ver. Ricardo Gomes, a Presidente Mônica tem que ser comunicada dessa sugestão, e tem que nos ajudar para que a Câmara de Vereadores vote somente na semana que vem, quando o Ver. Valter Nagelstein terá tempo para se recuperar da sua cirurgia, o Ver. Janta poderá estar presente, e estaremos com a Casa completa, como deve ser numa votação tão importante. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Paulo Brum, o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Apregoo Requerimento nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à discussão e votação do PLCL nº 029/17. Após retornarmos à ordem normal.

Apregoo Requerimento nº 02, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, logo após a discussão e votação do PLCL nº 029/17, à discussão e votação do PLE nº 003/19. Após retornarmos à ordem normal.

Apregoo Requerimento nº 03, de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, logo após a discussão

e votação do PLE nº 003/19, à votação do Requerimento nº 027/19. Após retornarmos à ordem normal.

Aprego Requerimento nº 04, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, logo após a votação do Requerimento nº 027/19, à discussão e votação do PLL nº 164/18. Após retornarmos à ordem normal.

Aprego Requerimento nº 05, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à discussão e votação do PLL nº 117/17. Após retornarmos à ordem normal. Só será votado este requerimento se o Requerimento nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, for rejeitado.

Aprego Requerimento nº 06, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à discussão e votação do PLL nº 142/17. Após retornarmos à ordem normal. Só será votado este Requerimento se os Requerimentos de nºs 01 e 05 forem rejeitados.

Aprego Memorando nº 001/2019, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, informando que abre mão da condição de líder do Partido Progressista desta Câmara de Vereadores por motivos pessoais.

Aprego a Emenda nº 23, de autoria DO Ver. Mendes Ribeiro, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 24, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 25, de autoria dos vereadores Ricardo Gomes e Felipe Camozzato, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 26, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 27, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 28, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e Ver. Ver. Hamilton Sossmeier, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Emenda nº 29, de autoria da bancada do PT, ao PLCE nº 005/18.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Paulo Brum, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 005/18.

Aprego e defiro o requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 a nº 07, Emendas nº 09 a nº 24 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 005/18.

Aprego e defiro o requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando votação em destaque das emendas nºs 26 a 28 ao PLCE nº 005/18.

Aprego e defiro o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 29 ao PLCE nº 005/18.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista que muitos vereadores fizeram vários requerimentos para alterar a ordem da priorização de votação dos projetos na Ordem do Dia, e como este vereador não concorda com o pedido, gostaria de dizer que também estou requerendo que o primeiro projeto a ser votado seja o PLCE nº 005/18 e que a votação seja em blocos, para que não precisemos votar um a um. Então gostaria que fosse feito um bloco com todas as alterações; e posteriormente, um outro bloco, a meu pedido, para que o PLCE nº 005/18 seja o primeiro em votação assim que entrarmos na Ordem do Dia.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, a liderança do NOVO discorda da formação de blocos. É necessário, conforme o Regimento, a anuência de todos os líderes para formação de blocos.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): O pedido dos vereadores, Presidente, é um pedido que é claramente para postergar a votação, e todos têm o mesmo teor, mesma matéria, por isso estamos pedindo que sejam votados de uma única vez, não por ser um bloco, é para que não precisemos ficar votando alterações o tempo inteiro, e não votaremos nenhum projeto mais nesta Casa. Portanto, estou pedindo que se vote, de uma única vez, todas as alterações, porque, na verdade, o pedido dos vereadores é para que vários projetos se alterem várias vezes na mesma ordem dos trabalhos explícitos na priorização.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Feito o registro.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Ver. Reginaldo Pujol, que preside nossos trabalhos, o requerimento do líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, não procede, porque alguns dos requerimentos que foram protocolados pedem para que sejam priorizados como primeiro da lista. Ou seja, não podemos votar em bloco, apreciar em bloco os projetos, os requerimentos que tenham naturezas diferentes, alguns têm natureza semelhantes, mas, outros, têm naturezas distintas. Então, na nossa leitura do Regimento, o requerimento do Ver. Mauro Pinheiro não procede.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito que aguarde um minuto que nós iremos decidir sobre o requerimento aqui colocado. Vamos ouvir aqui a nossa Diretoria Legislativa, na medida em que nós estamos assumindo os trabalhos.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h47min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h49min: Estão reabertos os trabalhos. Senhores vereadores, nós estamos aqui assumindo os trabalhos e a Mesa recolheu seis requerimentos distintos para os quais são solicitadas as suas votações em bloco pelo vereador líder do governo. Eu quero esclarecer a V. Exas. o rito

que o requerimento estabelece nessas condições. Se houver uma votação em bloco dos projetos da mesma matéria, com parecer favorável, ou de emenda, se houver consenso das lideranças partidárias, pode ocorrer a votação em bloco. Se houver consenso, votaremos quatro desses requerimentos em conjunto, porque eles têm o mesmo objetivo. E, evidentemente, os outros dois requerimentos, dependendo da decisão desses dois primeiros, poderão ser considerados prejudicados ou terá que se fazer a votação. Correto? Acredito que haja a concordância da liderança que se siga esse caminho. Eu não irei tolher as discussões que os senhores vereadores queiram fazer fora do microfone, podem fazê-las o quanto quiser, eu vou seguir aquilo que tem que ser seguido. Se houver consenso, eu coloco as quatro matérias em votação imediatamente. Em não havendo...

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, estão vários conversando aqui na frente, eu não entendi qual foi a decisão do Presidente sobre a questão, até porque houve discordância de liderança sobre a formação dos blocos. Então, eu gostaria de saber qual é a decisão do Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Senhores, a dificuldade está estampada, e eu não vou me entregar a ponto de suspender os trabalhos porque as lideranças não se entendem. Nós iremos procurar, diante das circunstâncias, encaminhar pela forma mais tranquila que podemos fazer. Mediamos já o requerimento, Srs. Vereadores, dita sorte que quatro dos seis podem ser imediatamente colocados em votação; os outros dois dependem da decisão que a Casa dê a esses quatro. Acredito que quanto a isso há concordância? Então interpreto o silêncio dos senhores como concordância. Em votação...

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Desculpe, Presidente, o Requerimento...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): ...as quatro situações que serão objetos de votação conjunta.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Presidente, continuo sem entender se serão votados separadamente cada um dos requerimentos, como prevê o Regimento, ou...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, eu acabo de dizer que quatro das proposições serão votadas em conjunto.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Se houver consenso?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É o que está acontecendo.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Não há consenso.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Já vou informar quais são as quatro situações. Peço que os Srs. Vereadores tomem seus lugares na mesa. Inclusive, democraticamente...

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, quero deixar registrado que não há consenso para formação dos blocos, portanto, que fique registrado em ata essa decisão da presidência.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu informo à Casa que, enquanto não for desobstruído, não adianta falar no microfone que eu não vou me submeter a essa situação vexatória de todos os senhores que estão aqui batendo boca na frente...

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Eu acabei de me levantar, eu não estava aqui. Eu só quero que o senhor peça...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Srs. Vereadores, acaba mais uma pessoa vindo interpelar a Diretoria Legislativa. As indagações foram feitas devidamente, nós procuramos dar um encaminhamento. Dessa forma...

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Só quero fazer uma solicitação, Sr. Presidente: que seja limitado, que seja organizado por bancada o número de assessores no plenário. Nós temos mais assessores do que vereadores aqui no plenário. Sem cercear o direito da imprensa obviamente, mas as assessorias das bancadas que usem os seus crachás e estejam em número igual à proporção de cada bancada da Casa. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. Peço que sejam tomadas as providências. No momento, retomo o principal. Os requerimentos que serão votados em conjunto: Requerimento firmado pelo Ver. Felipe Camozzato, solicitando o PLCL nº 029/17 seja votado em primeiro lugar; Requerimento firmado pelo Ver. Ricardo Gomes, solicitando que o PLE nº 003/19 seja votado em segundo lugar; Requerimento firmado pelo Ver. Adeli Sell, solicitando que o Requerimento nº 027/19 seja votado em terceiro lugar; Requerimento firmado pelo Ver. Márcio Bins Ely, solicitando que o PLL nº 164/18 seja votado em quarto lugar. Os quatro requerimentos levam à mesma situação de reorganização da priorização.

A Mesa entende, com todo o respeito à posição dos senhores, que há coerência nessa deliberação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h59min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo o processo SEI nº 024.00033/2019-54, do Ver. Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, no período de 29 de abril a 3 de maio de 2019.

Declaro empossado o Ver. Giovane Byl, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte e um vereadores presentes. Há quórum.

Registro a presença do Ver. Robaina e do Ver. Luciano Marcantônio.

Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando formação do bloco composto pelos Requerimentos nºs 01, 02, 03 e 04.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A moda parece ser rasgar documentos oficiais. O Regimento da Câmara, art. 163, inc. II, al. b, combinado com o art. 94, § 3º, al. a, dá uma ordem para as votações. Nós estamos obedecendo a essa ordem, requerimentos por escrito, votados um a um. Não pode ter votação em bloco, não está no Regimento Interno. Eu já disse antes: esse 29 de abril não pode passar como dia de miserabilidade de conduta e de má-fé. Não vamos aceitar. Fizeram uma manobra grosseira, dizendo que nós estávamos tendo siricotico aqui dentro, porque queríamos fazer esse tipo de procedimento de retirar quórum, de votar requerimentos, etc e tal. É correto, agora, nunca chegaremos perto da baixezinha que V. Exas. acabam de fazer, de querer retirar quórum de uma sessão para depois querer nos engrupir com uma extraordinária porque vocês têm maioria neste momento em que o prefeito está em licença paternidade, o vice sumiu do mapa, tiraram a presidente do parlamento, numa manobra grosseira, e trouxeram o quórum aqui para votar o IPTU goela abaixo. Os senhores não vão rasgar o Regimento Interno nesta tarde. Não vão! Não há nenhum problema em passarmos horas, dias, mas nesta tribuna vocês, nem desligando microfones vão nos calar dentro dos cinco minutos regimentais que temos. Não vão nos calar! Como também não nos calaremos, assim que tivermos qualquer votação, independentemente do resultado aqui, porque nós colocaremos à população que este não é o projeto de reavaliação da planta genérica de valores. Não é um projeto que mexe na planta genérica de valores, é um projeto que se utilizou das linguagens e procedimentos que seriam corretos e aceitáveis por nós para nos engrupir com um projeto de aumento de tributos sem condições de termos um controle sobre esse aumento. Antes fora a

famosa máquina, que já questionamos no ano passado; agora esse aplicativo, essa maquininha não existe mais. O povo precisa saber. Se houvesse sido anunciado que votaríamos o IPTU agora... Ele está lá no número 22 da priorização de hoje, tem 21 projetos que o antecedem! Já vou dizer: não vou cair em nenhuma provocação aqui, podem falar as asneiras que falarem, as baixarias que falarem, como foi feito comigo há pouco, uma baixaria que eu não vou responder, porque essas baixarias homofóbicas, essas coisas eu não respondo, eu me dou o respeito. A dignidade de um homem se mede pela boa-fé subjetiva, aquela do coração, aquela que a gente traz do berço, que a gente aprende numa escola decente, também tem a má-fé objetiva, essa aqui, de querer rasgar o Regimento. Mostro o contrário, nós temos aqui o Regimento sublinhado, art. 163 combinado com o art. 94: não pode ter votação em bloco, neste caso, os requerimentos foram feitos tempestivamente, antes de qualquer outro requerimento oral, siga-se portanto, um a um – votação um a um. Tenho dito.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Questão de Ordem): Só para esclarecer, Sr. Presidente, porque, em momento anterior na sessão de hoje, foi requerida a verificação de quórum enquanto estava sendo encaminhado um requerimento, e a resposta da presidência, então exercida pelo Ver. Mendes Ribeiro, foi que não cabia verificação de quórum durante os encaminhamentos para o requerimento, posto que a verificação de quórum se daria na votação. Se não me engano, foi isso o que houve. Eu quero apenas saber qual das duas decisões da mesma sessão é regimental.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Ver. Ricardo, só para lhe auxiliar, eu acho que o Ver. Reginaldo Pujol já respondeu qual é o entendimento dele. O entendimento anterior cabe ao Ver. Mendes, depois, registrar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): De acordo com o nosso Regimento (Lê.): "...determinar a verificação de 'quorum' a qualquer momento da sessão, de ofício ou atendendo requerimento de Vereador". Eu não posso deixar de atender o requerimento do vereador. Não é nenhuma preferência, não há nenhuma alusão ao que anteriormente possa ter sido decidido de forma contrária.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Eu agradeço, está esclarecido. Agradeço a Vossa Excelência. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo.

(Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h12min.)

* * * * *